

**A FALTA DE RECURSOS E ESTRUTURAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO.**

**THE LACK OF RESOURCES AND STRUCTURES IN MUNICIPAL SCHOOLS IN THE
CITY OF RIO DE JANEIRO.**

Karina Castelo Branco Teixeira

Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário São José.

Mayara Santos Flávio Teodoro

Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário São José.

Nacyra Yiburi Fernandes de Lucena

Professora do Centro Universitário São José

Saulo Ribeiro de Oliveira Mello

Professor do Centro Universitário São José

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa a inclusão e a falta de recursos e estrutura nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Objetiva-se investigar os problemas e dilemas dos quais as crianças com deficiência enfrentam. Mostra-se que parte central desses dilemas e problemas é consequência da falta de estrutura escolar. Sabendo dessas questões, pretende-se neste trabalho aprofundar o conhecimento de como se processa a inclusão nas escolas. A metodologia do trabalho se deu a partir de uma pesquisa exploratória com o objetivo de tornar o problema explícito, pesquisas documentais e bibliográficas sobre o objeto de pesquisa. Um breve questionário foi aplicado em uma amostra aleatória de professores da rede municipal do Rio de Janeiro a fim de se dar um panorama mais detalhado sobre o objeto de pesquisa. Por fim, será realizada uma pesquisa em instituições de ensino com intuito de entender a falta de recursos que se tem na escola. Assim, será necessário a fonte de pesquisa secundária por análises e livros. E o resultado de pesquisa quantitativa, com o objetivo de coletar informações, quantificar um problema e entender a dimensão dele. O objetivo geral deste trabalho é reconhecer a importância da implantação de uma educação inclusiva de qualidade nas escolas públicas municipais, principalmente na falta de recursos e estruturas na escola, enquanto os objetivos específicos são, descrever a história da educação inclusiva; identificar a relevância da implantação de uma educação inclusiva de qualidade; mapear estratégias de implantação de uma educação inclusiva de qualidade no que se refere a falta de recursos e estruturas na escola. Por fim, busca-se apresentar possíveis perspectivas que abram o debate para novas maneiras de solucionar esses dilemas na educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, falta de recursos e escolas municipais.

ABSTRACT

The present article has as its research object the inclusion and lack of resources and structure in municipal schools in Rio de Janeiro. The aim is to investigate the problems and dilemmas faced by children with disabilities. It is shown that a central part of these dilemmas and problems is a consequence of the lack of school structure. Knowing these issues, this work intends to deepen the knowledge of how inclusion is processed in schools. The methodology of the work was based on documental and bibliographic research on the research object. A brief questionnaire was applied to a random sample of teachers from the municipal network of Rio de Janeiro in order to provide a more detailed overview of the research object. The general objective of this work is to recognize the importance of the implantation of an inclusive education of quality in the municipal public schools, mainly in the lack of resources and structures in the school, while the specific objectives are, to describe the history of the inclusive education; identify the relevance of implementing a quality inclusive education; mapping strategies for the implementation of a quality inclusive education with regard to the lack of resources and structures in the school. Finally, it seeks to present possible perspectives that open the debate to new ways of solving these dilemmas in inclusive education.

Keywords: Inclusive education, lack of resources and Municipal schools.

INTRODUÇÃO

Acolher as pessoas no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas, sem nenhum tipo de exceção, é o papel da Inclusão escolar. Nesse contexto, a educação inclusiva busca assegurar a todos os estudantes a igualdade de oportunidades educativas, proporcionando espaço para o seu desenvolvimento integral. A finalidade da inclusão é criar uma sociedade onde todas as crianças trabalhem juntas e desenvolvam apoio mútuo e entre pares.

Dessa forma, o tema a ser abordado neste artigo é a inclusão e a falta de recursos e estrutura nas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. Observando os problemas que a criança com deficiência vem enfrentando pela falta de estrutura escolar, pretende-se aprofundar e saber como se processa a inclusão em outras escolas, procurando apresentar possíveis soluções.

Desse modo, será possível responder à questão norteadora: Até que ponto a falta de estruturas física, pedagógica, social e afetiva nas escolas públicas, municipais, afeta a implantação de uma educação inclusiva e qualidade? Sendo assim, o objetivo geral é reconhecer a importância da implantação de uma educação inclusiva de qualidade nas escolas públicas municipais, principalmente na falta de recursos e estruturas na escola, enquanto os objetivos específicos são, descrever a história da educação inclusiva; identificar a relevância da implantação de uma educação inclusiva de qualidade; mapear estratégias de implantação de uma educação inclusiva de qualidade no que se refere a falta de recursos e estruturas na escola.

A justificativa do tema escolhido foi a falta de recursos e estruturas nas escolas públicas, municipais para alunos que sofrem com a escassez de acessibilidade e mobilidade e de espaços flexíveis. Pois atualmente sabe-se que as escolas passam uma certa necessidade, indo ao encontro da decadência do ensino no Brasil.

O presente artigo é relevante para os pais, coordenadores, professores e mediadores, para que através dele, ocorram melhorias nas estruturas e recursos das escolas Municipais do Rio de Janeiro, fazendo com que haja a inclusão destes alunos.

A hipótese é que os dilemas da implementação são muitos e atrapalham o desenvolvimento e a qualidade da educação inclusiva nas escolas. A falta de estrutura que prejudica demais os alunos, a ponto de o aluno não conseguir desenvolver, pois faltam recursos adequados para ele, para suprir sua necessidade. E com isso atrapalha em sua aprendizagem, pois muitas das vezes não há tecnológicas assistivas ou comunicação alternativa, para atender as necessidades dos alunos e desenvolver uma aula produtiva. Sendo assim, o investimento em recursos adequados e adequação da estrutura física, para um melhor desenvolvimento desses alunos é defendido como hipótese deste estudo.

Para o desenvolvimento do artigo, como metodologia, será realizada uma pesquisa exploratória com a finalidade de tornar o problema explícito, gerar ideias, identificar as dificuldades e reconhecer a importância da

implantação de uma educação inclusiva. A partir do que aborda a importância da inclusão, optou-se pela pesquisa bibliográfica, tendo como foco artigos científicos e livros que auxiliam na elaboração do artigo, depois será realizada uma pesquisa em instituições de ensino com intuito de entender a falta de recursos que se tem na escola. Por fim, será necessário a fonte de pesquisa secundária por análises e livros. E o resultado de pesquisa quantitativo, com o intuito de coletar informações, quantificar um problema e entender a dimensão dele.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a fundamentação teórica do presente artigo, as informações aqui postas se basearam nos autores: Nascimento e Omodei (2019); Carvalho (2000); NETO, et al (2018); Souza (2017) e Mantoan (2003). Primeiramente, ressalta-se a escolha dos autores Nascimento e Omodei (2019). Assim, sua obra “Políticas de educação especial e educação inclusiva no brasil: organização avanços e perspectivas” foi selecionada por apresentar as principais proposições, implicações e materializações da política de Educação Especial no Brasil, bem como discutir a organização, os avanços e as perspectivas da história da Educação Especial.

Já ao que tange Carvalho (2000), tem-se que essa pesquisadora em Educação e Consultora técnica em Educação Especial foi selecionada por seu texto intitulado como “Removendo barreiras para a aprendizagem” apresentar argumentos e orientações sobre a extrema necessidade de mudanças nas instituições educacionais, na prática pedagógica e na formação de professores para se alcançar uma educação inclusiva. Além disso, traz também informações sobre a importância da remoção de barreiras de aprendizagem, fatores responsáveis pelos altos índices de reprovação e exclusão de estudantes.

Na sequência foi selecionado o autor NETO, et al (2018) com seu artigo “Educação inclusiva: uma escola para todos”. Tal autor foi escolhido por trazer uma pesquisa e análise sobre a importância da educação inclusiva no Brasil, sob a ótica dos benefícios de uma boa educação aos alunos com deficiência para que esses se desenvolvam com qualidade e plenitude. Esse texto torna-se essencial, pois busca “compreender o processo histórico da educação especial e da educação inclusiva para entender o movimento atual da inclusão escolar” (NETO et al, 2018, p. 81). Por fim, Rita de Souza (2017) em seu trabalho “Perspectivas sobre educação inclusiva” no qual a autora mostra as perspectivas e a historiografia da educação inclusiva aqui no Brasil.

Finalmente, Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) com o livro “Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?”. Nesta obra a autora se propõe a responder as questões (título do livro) durante os três capítulos. No entanto, para o desenvolvimento dessa pesquisa apenas uma questão se tornou central: Como fazer a inclusão acontecer nas salas de aula e em todos os níveis de ensino?

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL NO BRASIL

A história da educação inclusiva e especial no Brasil é caracterizada por momentos de continuidade e de descontinuidade, de dilemas e desafios que são constituídos estruturalmente pela forma da qual a sociedade brasileira foi e é formada. Ao discorrer sobre a educação inclusiva, Souza (2017) aponta em suas pesquisas que a educação inclusiva nasceu no contexto histórico em que a educação ainda era um privilégio da minoria econômica. A estratificação social, bem como os sistemas pelos quais se produzem as diversas formas de desigualdades de classe, raça e gênero no Brasil atuaram também na formação da educação inclusiva no país. De acordo com Souza (2017, p. 21) o próprio termo já afirma o conceito

A expressão “educação inclusiva” baseia-se no consenso de que essas crianças devem ser incluídas em ambientes educacionais destinados à maioria das crianças, ou seja, todas devem aprender juntas, independentemente de suas diferenças.

Na contemporaneidade, por conta das movimentações populares que marcaram o Brasil e que resultaram e sua redemocratização, a educação de indivíduos com deficiência é caracterizada como uma modalidade de ensino, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (BRASIL, 1996), no capítulo V, art. 58, no qual se entende a educação especial como modalidade da educação escolar, que será oferecida na rede regular de ensino preferencialmente, para alunos com deficiência. Apesar de estar definida hoje, a educação especial nem sempre foi assim. A defesa da cidadania e dos direitos das pessoas com deficiência é algo recente no Brasil e no mundo.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990) já direcionava para um movimento voltado a uma educação inclusiva, quando prevê no Capítulo III – Da educação, da Cultura e do Desporto, no art. 205 a educação como sendo um direito de todos; bem como no seu art. 206, inciso I, que tem que haver igualdade de condições de acesso e permanência na escola; e por fim em seu art. 208, Inciso III, que diz que o AEE, que é um dever do Estado, tem que ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino assim como dito acima. Com isso foi visto que a educação nessa Carta Magna foi contemplada em muitos momentos.

Importante destacar, contudo, que com relação a inclusão, o marco significativo para a viabilização da educação inclusiva foi a “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”, ocorrida em Salamanca na Espanha, em 1994. Nessa conferência foi elaborado um documento chamado *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais* que foi inspirada na igualdade de valores entre pessoas e se propõe a ações assumidas pelos governos a atenção as diferenças individuais (MIRANDA, 2009).

De acordo com a Declaração de Salamanca, a educação inclusiva é um desafio para a educação à medida que estabelece que o direito à educação seja para todos. A declaração defende a ideia de que todos os alunos devem

aprender juntos, independentes de suas necessidades. Desta forma a inclusão precisa ser um “produto de uma educação plural e democrática” (MANTOAN, 2003, p. 20).

No portal do Ministério da Educação se encontra essa declaração e pode-se ver como é pensado a escola. Dessa forma:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1994).

A Declaração de Salamanca trouxe um avanço muito grande ao chamar atenção dos governantes para a necessidade de investimento nas escolas numa educação de qualidade visando atender todas as crianças independente de suas dificuldades. No entanto, ao considerar que a inclusão é um processo fácil, perde-se todo o entendimento dos processos sociais e políticos dos quais forma constituída a inclusão no país. Não só políticos no sentido partidário, mas das movimentações sociais que ocorreram na construção da inclusão nas escolas (CARVALHO, 2000).

No Brasil, a Declaração de Salamanca passou a ser vista como um marco sendo considerada como referência básica para as discussões da área. Ela "referem-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem" (CARVALHO, 2000, p. 43). Desde então foi visto uma multiplicação quanto as orientações políticas e legais relacionadas à maneira de considerar os indivíduos com deficiência e à importância de lhes assegurar o acesso à educação. Formou-se assim um contexto relativamente positivo para a educação das pessoas com deficiência, visto que esse tema passou a ser contemplado na legislação educacional brasileira. O resultado disso foi que as pessoas com deficiência passaram a ser vistas e começaram a integrar as pautas de debates políticos, sociais e educacionais no país (SOUZA, 2017). Vale salientar que, além da Declaração de Salamanca, outro marco foi importante para a educação inclusiva no Brasil: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96).

Em continuidade, no ano de 2003 foi lançado o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Esse programa formulou debates com a comunidade escolar e com os representantes de universidades tanto brasileira quanto estrangeira em busca de discutir a proposta de criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Em 2004, em consequência do primeiro programa, foi lançado o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED), determinado pela Lei n. 10.845/2004 que visava garantir universalização do Atendimento Educacional Especializado (NASCIMENTO; OMODEI, 2019).

Mesmo diante dos efeitos da declaração de Salamanca, as movimentações centrais na agenda política sobre a educação inclusiva se iniciam significativamente de 2003 para cá. Nascimento e Omodei (2019) afirmam que a grande conquista em prol da Educação Especial, se deu durante os anos de 2006 e 2010, pois nesse período a Educação Especial ganhou expressivo estímulo financeiro através da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O FUNDEB criado em 2006. Foi uma proposta de emenda constitucional que visava promover a redistribuição de recursos vinculados à educação levando em consideração o desenvolvimento social e econômico de cada região do país. Segundo o site¹ do Ministério da Educação, a destinação dos recursos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica. Isso significa que o governo federal investiu em 2007 R\$ 2 bilhões e no ano seguinte aumentou para R\$ 3,2 bilhões. A partir de 2010 o investimento passou a corresponder 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo país.

No tocante a educação especial, o FUNDEB através de programas voltados a educação básica e superior ampliou os investimentos financeiros à garantia de pessoas com deficiência. TGD, altas habilidades/superdotação. As mudanças foram significativas na estrutura e no funcionamento da educação especial, tendo em vista a elaboração de diretrizes para a formulação de políticas públicas, entre elas destaca-se: a *Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva* – (PNEE-EI/08), que não está mais em vigor. Será utilizada aqui como modo de mostrar os movimentos com relação ao debate acerca da educação inclusiva.

A PNEE-EI/08 tinha por objetivo ampliar os recursos e serviços ao processo de escolarização dos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação nas unidades de ensino. Para garantir a implementação do PNEE-EI/08 foi aprovado o Decreto Presidencial de nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011) firmando compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para atendimento educacional especializado. Embora não esteja mais vigente, a PNEE-EI foi muito importante durante o período em que esteve em vigor, pois a proposta era trabalhar a educação especial em conjunto com o ensino comum. Sendo assim, o atendimento educacional especializado elaborou e organizou recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine barreiras para a plena participação dos alunos.

Dentre os programas de grande destaque nesse mesmo período, se encontra também o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, criado através da Portaria Ministerial n.13/2007 e lançado pelo Edital n. 01 de 26/04/2007. Esse programa tinha como

objetivo apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, para fortalecer o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular (NASCIMENTO; OMODEI, 2019, p. 69).

¹ BRASIL. Ministério da Educação. FUNDEB: Apresentação. Portal do MEC. Sem data. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>.



O programa visava também o oferecimento de materiais pedagógicos, equipamentos de informática, mobiliários, materiais de acessibilidade, para apoiar a ampliação da oferta do AEE, complementando ou suplementando a escolarização comum.

Dessa forma, viu-se que as salas de recursos multifuncionais foram tidas como o lócus preferencial do AEE nas escolas públicas. As movimentações até aqui sugerem que o lócus pelo qual se iniciou a educação inclusiva no Brasil muda de direção, acompanhando alguns dos avanços sociais ocorridos a partir da redemocratização, com sua maior efervescência em 2006 a 2010 (NASCIMENTO; OMODEI, 2019). Cabe agora o entendimento dos dias atuais e da relevância e possibilidades da implantação de uma educação inclusiva de qualidade.

A RELEVÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE

Na análise sobre a relevância da implementação de uma educação inclusiva de qualidade é importante que sejam apontadas as responsabilidades da escola contemporânea com relação ao aluno com deficiência. Assim, a primeira constatação que pode ser trazida sobre essa instituição é que ela se manifesta em um ambiente multicultural e variado que atende a públicos com diferentes objetivos pessoais, ideologias e necessidades, essa é sua característica própria e essencial. (CARVALHO, 2000).

A escola é a responsável por acolher indivíduos com múltiplos aspectos, sejam eles religiosos, políticos, sociais, físicos, dentre outros. Ademais, vê-se que ela também trabalha pela transformação do indivíduo, o que corresponde a uma série de mudanças comportamentais que ocorrem por meio da aprendizagem. Para isso a “escola precisa garantir-lhes a igualdade de direitos à aprendizagem e à participação” (CARVALHO, 2000, p. 38). Na continuidade dessa análise também se faz necessário compreender a necessidade do aluno com deficiência para que possa contextualizar os benefícios da educação para seu desenvolvimento. Assim, é visto que é necessário entender que o processo de aprendizagem é possível dentro da sala de aula regular para esse aluno, a fim de mudar o pensamento excludente de que esses não conseguem aprender, viver, e conviver com os outros. Esse é o passo fundamental para o processo de inclusão dentro da educação (NETO, 2018).

Verifica-se também que na escola esse processo de transformação se dá de forma contínua e em conjunto com a família, pois neste espaço único os indivíduos podem absorver conteúdos, interagir com os demais alunos e construir conhecimentos. A participação da família é extremamente importante não apenas para dar apoio, mas no que tange “avaliação do aluno com vistas à remoção de barreiras para sua aprendizagem” (CARVALHO, 2000, p. 86). A escola também desempenha um papel essencial na vida dos alunos ao que tange a cidadania por atuar fortemente no desenvolvimento cultural, social, intelectual e físico deles.

Para escola, são atribuídas inúmeras funções na vida do indivíduo, por ser ela a responsável pela educação formal e promotora de valores sociais e culturais indispensáveis à educação dos cidadãos. Nesse contexto, para que

se tenha uma educação inclusiva de qualidade é necessário que a escola trabalhe com a família em uma oferta educacional conjunta, especialmente para alunos com deficiência, para que se alcance um resultado de aprendizagem satisfatório para os alunos. Além disso, pode-se perceber que hoje em dia não é suficiente falar apenas no âmbito das emoções sobre a inclusão escolar, mas deve-se, sim, analisar, por vias da metodologia científica, a opinião de quem vai à escola, sejam eles professores, coordenadores, diretores, zeladores, entre outros. Não basta somente que o aluno esteja matriculado em uma turma regular, pois é necessário que esse seja acompanhado por uma equipe preparada para a sua inclusão e ensino de qualidade. Isto é bem destacado por Neto (2018, p. 88),

Não podemos falar somente em inclusão escolar de forma passional, mas devemos fazer o debate segundo a visão de quem faz a escola, sejam professores, coordenadores, diretorias, porteiros, entre outros. Não basta que o aluno seja matriculado por força da lei em uma turma de ensino regular, pois é de fundamental importância uma equipe preparada para que a inclusão se efetive.

A inclusão precisa ser compreendida para além da visão mecanicista e formalista que foca apenas na matrícula do aluno. Conforme Cunha (2015, p. 69), “incluir é muito mais que inserir. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades. Entende-se, para além dessa abordagem, que a inclusão, mais que responsabilidade da família, da escola e do Estado, precisa ser encarada como responsabilidade da sociedade. Só assim pode-se garantir o contexto propício para o desenvolvimento dessas potencialidades.

Compreender o papel do entendimento social sobre a inclusão pode-se tornar a problemática muito ampla, com pouco foco real nas ações das quais necessariamente são centrais para a garantia da inclusão nas escolas. Há uma tendência de fazer uma ligação entre determinados fenômenos como resultantes de questões sociais sem definir de fato o que são essas questões sociais, quais são os sujeitos que estão atuando, as imbricações, bem como valores e padrões que se fazem presentes no resultado de um fenômeno.

De fato, isso é uma marca das pesquisas observacionais, no qual não há um controle total das variáveis que estão atuando no objeto a ser pesquisado, diferentemente da pesquisa experimental, no qual se há um controle quase que completo, além da seleção das variáveis. Traz-se esse pequeno debate metodológico e epistemológico a fim de demonstrar que este trabalho se apoia na máxima sociológica de compreensão do objeto aqui estudado, mas que se busca compreender, na medida do possível, como os atores, instituições, normas e padrões estão atuando nesse campo, para assim sugerir, se necessário, uma nova rota, novos caminhos a serem explorados para assim garantir o entendimento da relevância da educação inclusiva.

Seguindo o princípio epistemológico adotado, na busca do entendimento do papel das instituições, é necessário que o sistema de educação inclusiva leve em consideração as necessidades gerais dos alunos e exija que a escola seja sensível no trabalho com as individualidades. Com relação aos alunos com deficiência, Cunha argumenta que (2015), a inclusão de Pessoas com Deficiência na escola precisa de fundamentos teóricos, como também da lida diária da prática para estabelecer dados concretos que incentivem, guiem e deem segurança aos educadores. Esse entendimento, por mais simples e clichê que possa aparentar, é de suma importância para a construção do conhecimento em uma sociedade cada vez mais plural.

A educação inclusiva sugere formar todos os alunos juntos para que, a partir da escola, possam se socializar na sociedade. Portanto é necessário que ensine todas as crianças sem distinção para uma efetiva inclusão e promoção da educação inclusiva com qualidade. Diante do exposto, Neto (2018) traz ao entendimento que:

Quando os alunos com diversos níveis de deficiências estão numa sala inclusiva, eles podem aprender mais e melhor, assim como aos demais é dada a oportunidade de aprendizado, compreensão, respeito e convivência com as diferenças (NETO, 2018, p. 88).

O outro, chamado pela Antropologia como a alteridade, foi durante muito tempo um vetor de estranhamento. Mais que isso, essa diferença entre humanos foi por muitas vezes o caminho pelo qual as desigualdades se construíram. Sejam elas de raça, de gênero, de classe ou capacitistas, a figura do diferente sempre foi um marcador pela qual se interseccionou as diversas formas de desigualdade durante a história. Contudo, há um entendimento atual que só a partir do diferente, do outro, que o “eu” é formado.

O desenvolvimento da subjetividade necessita do diferente, precisa do outro na sua formação. Por isso que a sala inclusiva é tão relevante. Traz benefícios não só aos alunos com deficiência, mas a todos os sujeitos ali envolvidos, como professores, alunos, gestores e toda comunidade escolar. Todos esses atores juntos formam um sistema educacional unificado, pela qual veja que o respeito à diversidade seja entendida como um processo natural.

Obviamente esse desenvolvimento a partir do outro não se dá de forma automatizada. Há a necessidade da mediação dos profissionais, treinados a partir do conhecimento científico e da lida como já dito, para haver o desenvolvimento e assim de fato ser uma escola inclusiva. Como aborda Neto (2018), a escola inclusiva tem a capacidade de ajudar os alunos que não conseguem resolver os problemas sozinhos devido à sua deficiência e a ultrapassar os seus limites. Essa adaptação, para além do cumprimento legal, simboliza o entendimento de uma escola plural, feito de todos para todos.

Sem todo esse contexto até aqui descrito, o processo que se tem é o de exclusão dos alunos com deficiência. A escola que pretende seguir uma educação inclusiva, precisa desenvolver políticas, culturas e práticas que tenha como foco a valorização do contributo ativo de cada aluno. Isso permite que o conhecimento construído por todos e por esses também partilhados possa atingir a qualidade acadêmica, bem como o seu valor cultural e social, focando na inclusão. Na ótica do aluno com deficiência, cabe compreender que eles também são construtores do conhecimento. Como construtores, precisam também aprender. Parte-se da ideia dialética de que o conhecimento se dá nesse processo de aprendizagem e mediação. Assim, para Mantoan (2003, p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”.

A educação inclusiva é constituída a partir da interação dos diversos sujeitos, a depender da sua classe, raça e gênero (MANTOAN, 2003). Nesse sentido que o argumento aqui presente neste trabalho, da educação inclusiva sendo mais do que apenas o pretexto para a matrícula do aluno com deficiência, a educação inclusiva é sobre o desenvolvimento social, pois integra as pessoas em todos os seus âmbitos, tanto culturais, como sociais.

A educação inclusiva, assim, além de focalizar na questão dos alunos com deficiência, foca também na mitigação das desigualdades presentes na estrutura social do país. A proposta de Educação Inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos, buscando

meios e modos de remover barreiras para aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente (CARVALHO, 2000).

A compreensão de que a educação inclusiva é uma das armas contra a desigualdade social é também dizer que a educação inclusiva é a garantia da mudança social para esses alunos com deficiência. De acordo com Lima (2006), tal inclusão é o modo ideal de garantir igualdade de oportunidades e permitir que alunos com deficiência possam relacionar-se com outros e estabelecer trocas para construir uma sociedade mais igualitária e consciente da necessidade de inclusão.

A partir desse entendimento sobre a educação inclusiva, é necessário a todos, em especial os promotores da educação brasileira como professores, diretores, auxiliares, dentre outros, entender que o ato de inclusão favorece antes de tudo uma lição de cidadania, respeito ao próximo e luta contra preconceitos. Atualmente a discussão sobre valores e preconceitos está arraigado na cultura, não só brasileira, mas de grande parte dos países no mundo. Acredita-se que, aqui no Brasil, parte dessa discussão tenha ganhado corpo com os avanços sociais obtidos da redemocratização para cá. Alguns fatos políticos de 2018 para cá foram, contudo, foram entendidos como uma espécie de resposta a esses avanços sociais, de modo que alguns assuntos e pautas das minorias foram deixados de lado na agenda política. Desse modo, através das discussões aqui apresentadas, entende-se que na caminhada para a inclusão plena é necessária uma reestruturação gradativa e um repensar da escola (NETO, 2018) e que, mediante a esse contexto apresentado, precisa de ainda mais esforços para sua consolidação.

Diante de tudo o que foi abordado pelos pesquisadores supracitados, pode-se perceber que a maior expressão da importância da implantação de uma educação inclusiva de qualidade está na possibilidade de além do desenvolver a capacidade intelectual, física, social e sensorial (NETO, 2018) do aluno com deficiência, a educação inclusiva perpassa a sua questão apenas do aluno com deficiência, indo para além dos muros das escolas, sendo uma das maneiras de mitigar as desigualdades presentes na sociedade. Dessa forma, a inclusão social é mais que responsabilidade do Estado, escola, alunos e pais, mas sim de responsabilidade social e precisa ser estabelecida na forma pela qual se constitui a cultura escolar no país. Só assim para construir as condições necessárias para a valorização da educação inclusiva.

Essa valorização pode ser compreendida como conhecimento. Quando é assim tomada e aplicada na vida cotidiana de todos os alunos, favorece a ampliação da conscientização da sociedade brasileira, uma vez que esses alunos levarão tudo que aprenderam na escola para toda a sua vida social. Além disso, a importância de uma educação inclusiva de qualidade possibilita aos alunos com deficiência conhecer melhor suas limitações e aprender a superá-las no contexto da escola e em conjunto com todo o conhecimento adquirido nesse cenário conseguir se desenvolver com plenitude e buscar a realização dos seus sonhos no futuro, sejam eles profissionais, familiares, filantrópicos ou qualquer outro.

Antes de finalizar o que até aqui foi levantado, cabe também apontar possíveis ideias de como se daria a implementação de um projeto educativo a partir da inclusão. Primeiramente, como está sendo sugerido desde o início desta pesquisa, levar em consideração o contexto social do indivíduo é uma das ações fundamentais para uma escola inclusiva. O ser humano só se constitui enquanto humano na interação, na convivência com os outros no meio social que vive. E como já mostrado, a convivência é um dos fatores principais para o desenvolvimento da educação inclusiva.

Nesse sentido, a escola precisa estar atenta a condição social de seus alunos de modo que consiga atender e superar as dificuldades de cada um.

Ressalta-se aqui relevância do psicopedagogo como profissional habilitado e de suma importância para o caminhar da educação inclusiva. A atuação do psicopedagogo é um trabalho coletivo junto à comunidade escolar – especialmente com os professores – de forma preventiva ou terapêutica, conduzindo avaliações e intervenções. Todavia, antes de qualquer intervenção o psicopedagogo necessitará de um diagnóstico. O diagnóstico, em primeiro lugar, se baseia em pressupostos científicos que resultarão na compreensão de um fenômeno, ou seja, qual a razão para a dificuldade de aprendizagem.

A presença do psicopedagogo é indispensável para implementar qualquer projeto educativo fundamentado na inclusão. Segundo Oliveira (2009) o trabalho do psicopedagogo passa ‘por três etapas: “diagnóstico”, “prognóstico” e “intervenção”. Contudo, há um fator anterior ao diagnóstico: a investigação. A investigação se dá ora pela observação, ora por testes e entrevistas. Uma boa estratégia de investigação é a entrevista com os pais da criança e com a própria criança. A observação da criança nos momentos de recreação, a realização de testes para verificar se há entendimento das tarefas proposta ao aluno ou lentidão nas mesmas são estratégias importantes. Sempre adequando cada análise ao contexto social pela qual a família e a criança estão inseridas, neste aspecto a instituição merece atenção também.

Após esse trajeto alguns questionamentos devem ser realizados para organizar um diagnóstico. Nesse caso a investigação se dá nos três pilares incluindo a própria criança, sua família e a instituição. Com relação ao aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem, precisa-se identificar, primeiramente, se é desconhecimento do tema ou uma interpretação diferente do convencional apresentado pelo educador ou algum transtorno de ordem cognitiva que dificulta a aprendizagem. Em alguns casos, o problema não está diretamente na criança, mas no educador que não possui didática na administração do conteúdo em sala de aula.

Pensando no educador, isso leva a tratar da segunda ação para a implementação de um projeto educativo inclusivo. O Estado precisa investir na formação continuada do educador para que ele possa atualizar e aperfeiçoar seu currículo para ter maior domínio do conteúdo e das técnicas de ensino. Sabe-se que a árdua tarefa do professor em sala de aula está nas numerosas turmas que, muitas vezes, impossibilita dispensar a devida atenção a todos. Tendo em mente essa dificuldade enfrentada pelo educador, cabe a escola disponibilizar pessoas capazes de auxiliar os professores. Muitas escolas de cunho particular já possuem essa estratégia, as salas de aula são compostas pelo professor titular e auxiliares/apoiadores habilitados no ensino.

Para uma escola inclusiva seja de fato inclusiva é fundamental investir na formação continuada dos educadores. É importante que se tenha o domínio do Braille e da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois a escola precisa estar preparada para receber a todos. Algumas políticas foram implementadas, como a distribuição de livros didáticos destinados a alfabetização em LIBRAS materiais para alunos deficientes visuais dos anos finais do Ensino Fundamental e do primeiro ano do Ensino Médio” (NASCIMENTO; OMODEI, 2019, p. 70).

Outros profissionais como fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos precisam fazer parte da equipe para garantir aos estudantes a melhor experiência possível. A estrutura física da escola deve acompanhar as mudanças promovidas ao corpo docente. As escolas devem dar acesso aos alunos com deficiência motora através de rampas e banheiros adaptados com corrimão e tapetes antiderrapantes. A formação dos alunos em sala de aula deverá ser pensada, os alunos que apresentam Transtorno de Déficit de Atenção ou Hiperatividade, por exemplo, devem sentar-se próximos ao educador e distantes da porta para evitar possíveis distrações. Algumas dessas mudanças são simples, outras demandam um pouco mais de tempo para serem adaptadas, no entanto, quando realizadas apresentam melhoras na aprendizagem dos educandos (MANTOAN, 2003).

RECURSOS E ESTRUTURAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DOS PROFESSORES

Diante do debate até aqui feito, teorias, conceitos, bem como características do objeto de pesquisa deste trabalho foram destacados e problematizados. Nessa articulação, destacou-se como a escola inclusiva precisar de fato incluir todos da comunidade acadêmica, do bairro e da sociedade, uma vez que a escola inclusiva não é só feita para o aluno com deficiência, mas para toda a sociedade. Os benefícios para a construção cívica da sociedade são enormes na implementação da escola inclusiva.

Agora, a fim de dar materialidade a partir da empiria da pesquisa, traz-se os resultados de um questionário aplicado aos professores das escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. Cabe salientar que a amostragem se deu nos profissionais situados na zona oeste do Rio de Janeiro por questões metodológicas. A cidade do Rio de Janeiro tem a Zona Sul como a parte nobre, com melhor infraestrutura urbana, equipamentos e serviços; a Zona Norte que consiste a classe média e média baixa e a Zona Oeste, que ainda em expansão, é voltada a uma população de renda mais baixa. A Zona Oeste do Rio de Janeiro é a região que possui o menor IDH² (Índice de Desenvolvimento Humano) do município, marcada por desigualdades das mais variadas, como a educacional. Dessa forma, vale compreender que esse fator, de serem professores da Zona Oeste, vai influenciar nas percepções dos professores, dos alunos e da comunidade acadêmica, sobretudo por conta dos fatores sociais característicos da Zona Oeste.

Compreendendo essa questão, apresenta-se as respostas dos pesquisados e a análise dos dados. O formulário, desenvolvido em uma plataforma online e direcionado aos professores, possui 8 perguntas. As perguntas foram no sentido de compreender as estruturas físicas e também dos componentes não físicos, como a construção de uma certa cultura de inclusão nessas escolas por via da percepção dos professores. O acesso adequado aos espaços

² Sobre a Zona Oeste. 2019. Instituto Rio. Disponível em http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste. Acesso dia 09/07/2022.

da escola para um aluno com deficiência, com portas largas, rampas, piso tátil. A materialização da inclusão começa-se com a adequação arquitetônica das escolas. As respostas dos professores apontaram que metade das escolas possuem espaços adequados para alunos com deficiência.

Há acesso adequado aos espaços de sua escola para alunos com deficiência? Como portas com largura adequada, rampas, piso tátil...

16 respostas

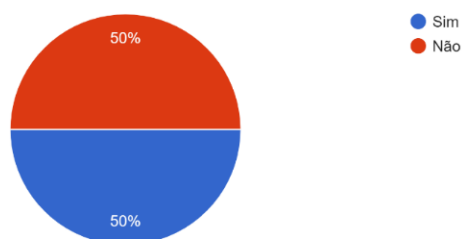


Gráfico.1: Respostas dos Professores sobre se há acesso adequado aos espaços de sua escola para alunos com deficiência. **Fonte:** formulário próprio.

Ainda sobre a adequação do espaço nas escolas, sobre os banheiros adaptados, as respostas também seguiram o mesmo padrão da anterior, com metade das escolas possuindo banheiro adequado.

Existe banheiros adaptados para alunos com deficiência?

16 respostas

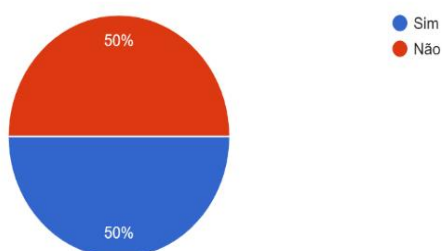


Gráfico.2: Respostas dos Professores se existe banheiros adaptados para aluno com deficiência. **Fonte:** formulário próprio.

Um dos fatores que podem explicar essa paridade entre espaços adaptados e não adaptados pode ser visto na próxima questão levantada sobre programas de implementação de acessibilidade arquitetônica nas escolas. Das 16 respostas, 69% das escolas não participavam de um programa de acessibilidade, ou seja, 11 escolas. Sem a participação

em programas de implementação de acessibilidade, as escolas por si só podem adotar ou não os espaços adaptados. Acredita-se que por isso a proporção está de metade sobre a implementação.

A sua escola participa de programas de implementação de acessibilidade arquitetônica em suas edificações?
16 respostas

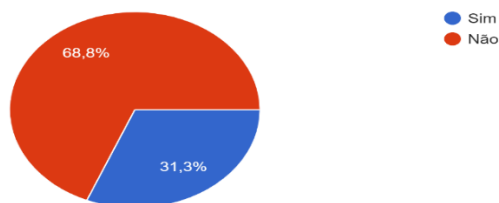


Gráfico.3: Respostas dos Professores sobre a se sua escola participa de programas de implementação de acessibilidade arquitetônica. **Fonte:** formulário próprio.

Foi destacado a importância da atuação do psicopedagogo na escola a fim de garantir a inclusão dos alunos com deficiência, utilizando de conhecimentos científicos, da investigação, para a melhor a adequação do aluno com deficiência. Com relação a isso, as respostas mostraram que 75% das escolas possuem psicopedagogo.

Há atendimento educacional psicopedagógico em sua escola?
16 respostas

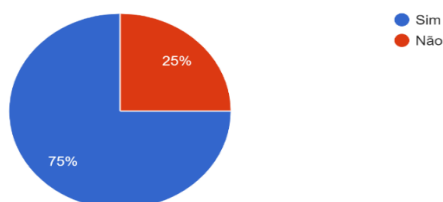


Gráfico.4: Respostas dos Professores sobre a se há atendimento educacional psicopedagógico nas escola. **Fonte:** formulário próprio

Sobre o incentivo a formação continuada pelas escolas das quais os professores que responderam ao questionário dão a estes, 69% das escolas motivam esses profissionais na formação continuada

Há na sua escola alguma prática ou programa de incentivo de motivação sobre a formação continuada de professores na educação especial e com relação a práticas educacionais inclusivas?
16 respostas

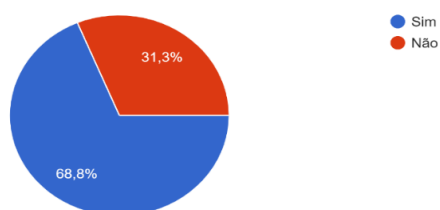


Gráfico.5: Respostas dos Professores sobre a motivação das escolas na formação continuada. **Fonte:** formulário próprio.

Faz aqui uma breve análise desse dado da formação continuada. Como já dito, a formação continuada é uma das responsabilidades do Estado no sentido de investir nos educadores. A formação continuada, além de investimento nos educadores, traz a estes novos conhecimentos, além da atualização de normas e leis que sempre possuem mudanças, além de colocar o educador novamente como sujeito da construção de conhecimento no contato de outros construtores de conhecimento. Essa articulação traz diversos benefícios para a escola da inclusão ou até mesmo sobre às adaptações necessárias nas escolas as normas, diretrizes e espaços necessários para que a inclusão de fato aconteça.

Já como relação a entrada das escolas dos professores que responderam ao questionário em programas de implementação da educação inclusiva, 57% dos professores disseram que suas escolas não entraram em nenhum programa do MEC de educação inclusiva, como visto no gráfico abaixo:

A escolar entrou em algum programa do MEC sobre a implementação da educação inclusiva?
14 respostas

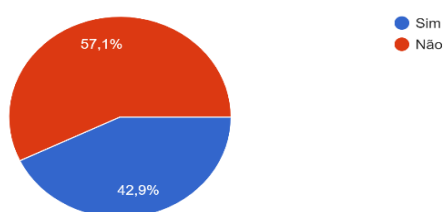


Gráfico.6: Respostas dos Professores sobre a entrada em programas do MEC sobre a implementação da educação inclusiva. **Fonte:** formulário próprio.

Sobre a questão principal deste trabalho, a implementação da educação inclusiva. A hipótese que os pesquisadores deste trabalho tinham na iniciação da pesquisa, que os dilemas da implementação ainda eram muitos e atrapalhavam o desenvolvimento e a qualidade da educação inclusiva nas escolas. Tomando como base os dados

aqui levantados, de certa forma há um apontamento para essa hipótese. Obviamente que não há aqui a intenção de tomar esses dados como representativos totais de toda a população. Ou seja, não há respaldo metodológico para a generalização dos dados aqui obtidos. Contudo, esses dados apontam para uma característica específica sobre as percepções dos professores que mostra os dilemas ainda presentes na implementação da educação inclusiva nas escolas, bem como o seu funcionamento pleno.

No formulário, a fim de trazer a dimensão nominal qualitativa das respostas, foi-se feito perguntas abertas. Foram feitas duas perguntas: sobre a locomoção dos alunos com deficiência nas escolas e sobre os desafios da implementação da educação inclusiva nas escolas dos professores. Seguindo o padrão das respostas abertas em um formulário misto, as perguntas abertas tiveram menos respostas, tendo apenas 7 respostas sobre a locomoção dos alunos com deficiência e 6 sobre os desafios da implementação da educação das 16 pessoas que responderam o formulário.

Indo para as respostas, com relação a locomoção dos alunos com deficiência, os professores destacaram que a locomoção se dava por rampas em grande maioria. Uma resposta destacou que há muitos obstáculos para os alunos inclusos se locomover na sua escola. Uma outra professora revelou que na educação infantil não era visto muitos acessos pra os alunos do pré.1 e 2. Não há rampas na sua escola para alunos cadeirantes, apenas no fundamental.

Já sobre os desafios na percepção desses professores sobre a implementação da educação inclusiva em suas escolas, duas respostas apontaram a falta de mediadores. Houve-se apenas uma resposta sobre a dificuldade financeira para a implementação. Uma outra resposta que chamou a atenção foi sobre a quantidade de escadas e nenhuma rampa disponível, o que dificulta a aceitação dos alunos com deficiência na escola. Outras duas respostas foram no mesmo sentido, de até destacar que há incentivo a formação continuada, há “treinamentos básicos”, mas não há estrutura e nem suporte. Uma das respostas apontam que há uma vistoria sobre a implementação da educação inclusiva, mas que isso ocorre ocasionalmente.

Analisando essas respostas abertas, as questões são múltiplas, são dispares, mas se encontram nessa ideia chamada de “estrutura”. A estrutura é compreendida neste trabalho com a junção dos fatores totais com envolve a constituição do processo educativo. Não é só a questão financeira, embora esta seja fundamental. Mas é do Estado com leis e ações que garantam a inclusão e a continuidade dos alunos e dos professores; é uma boa gestão pedagógica que pensem as questões sociais e culturais, bem como a inclusão como foco de sua gestão; é dos professores, que possam estar sempre em busca do formas para motivar e incluir os alunos, por via de diversos mecanismo, como a formação continuada; é do espaço físico arquitetônico da escola, que compreende as ações do Estado em consonância com uma boa gestão pedagógica; e a construção de um comunidade escolar integrada, na qual a sociedade participe também na construção do entendimento do que é uma escola, do que é a educação, do que é a inclusão. Sem todos esses fatores andando em consonância, qualquer ação vai ser vazia de sentido e não gerará resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem base na Constituição Federal de 1988 quando garante direito à Educação Especial aos portadores de deficiência, entretanto o regulamento da Educação Especial começou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) até o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). A promulgação da Lei nº 13.146/2015 assegurou que a pessoa com deficiência tivesse condições de igualdade e exercesse seus direitos e liberdades fundamentais, visando sua inclusão social e cidadania.

De acordo com o Ministério da Educação, a Escola Inclusiva “é aquela que garante qualidade de ensino educacional a todos os alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com sua potencialidade e necessidades” (ARANHA & SALETE, 2004, p. 8). Numa escola inclusiva o aluno é o foco direto de toda atividade educacional, de modo que garante o desenvolvimento de suas competências para o exercício pleno da cidadania. Portanto, “a Inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos” (MITLLER, 2000, p. 17).

A educação inclusiva no Brasil ainda é recente (SOUZA, 2017). Embora recente, já não é mais desconhecida na agenda política e possui certo apelo social, mesmo que a sociedade ainda não saiba especificamente o que seria uma educação inclusiva, a entendendo como apenas ligada aos alunos com deficiência. Acredita-se que por conta desse desconhecimento e dessa visão prática de educação inclusiva fica comprometida, pois fica presa a um projeto idealizado. Apesar das muitas conquistas, vale a apenas “questionarmos qual o tipo de educação especial que o país precisa” (NASCIMENTO; OMODEI, 2019, p. 71).

Os desafios mais comuns enfrentados pela escola é o despreparo da comunidade escolar para lidar com a inclusão, falta de infraestrutura escolar de modo que atenda as especificidades de cada necessidade e o preconceito. Com relação ao preconceito, Souza (2017) salienta que

na maioria das vezes, os seus professores, em alguns exemplos, por não acreditarem nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente, os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais (SOUZA, 2017, p. 117).

Assim, o processo de inclusão escolar no Brasil ocorre da maneira mais variada, seja na escola pública ou na privada, existem duas principais preocupações: 1) oferecer um atendimento Educacional Especializado (AEE); 2) criar condições para garantir a participação do estudante nas aulas nas diferentes atividades que acontecem no espaço escolar.

De acordo com Benitez et al. (2017), de forma geral os estudantes que apresentam algum comprometimento de origem cognitiva podem não acompanhar os conteúdos curriculares previstos na sala de aula por não ter aprendido os conteúdos de séries anteriores. Nesses casos é necessário um profissional que auxilie o professor em sala para a adaptação curricular. Quando esse profissional estiver presente em sala juntamente com o professor, a recomendação pela Nota Técnica da Secretaria de Educação Especial, nº 19/2010 (MEC, 2010), é de que ele deve atuar de forma articulada com o professor. Ou seja, o profissional e os professores devem estar de acordo com os métodos e técnicas que serão aplicados.

A recomendação da Nota Técnica da Secretaria de Educação Especial vai de encontro com a proposta de ensino colaborativo entre professores da educação especial (neste caso, professores de apoio) e professores da sala de aula regular. Embora não seja considerado um currículo oficial e uma estratégia normativa, os Estados e municípios podem optar por adotar essa proposta como modelo. A proposta de ensino colaborativo surgiu no Brasil com a intenção de apoiar a escolarização dos alunos com deficiência nas classes comuns. Nesse caso, o professor da educação especial estaria presente na sala de ensino comum, colaborando com o professor da sala. O ensino colaborativo nos permite repensar a formação dos professores e gestores para a implementação da inclusão escolar nas escolas brasileiras. Essa proposta prevê uma real aproximação entre educadores do ensino especial e educadores gerais, trabalhando em conjunto para ensinar grupos heterogêneos. Contudo, ainda que o ensino colaborativo tenha dados promissores em relação à inclusão escolar, poucos estados e municípios implantaram a proposta.

Por fim, cabe salientar que de fato a inclusão escolar não é uma tarefa fácil, pois muitos desafios são apresentados desde a falta de capacitação dos educadores até a péssima estrutura física das escolas. Contudo, precisa-se ter em mente que uma sociedade democrática não está em garantir o direito da maioria, mas sim no direito de todos. Diante disso, pensar formas de iniciar uma educação inclusiva nos tempos atuais torna-se urgente e desafiador à medida que a educação brasileira vem alcançando índices cada vez mais baixos em qualidade, especialmente no pós-pandemia. Uma escola inclusiva não beneficia apenas alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar e a sociedade, como bem ressaltou Mantoan (2003, p. 33) “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum”. Talvez seja esse o caminho para a retomada da educação no Brasil, não só no âmbito focal da educação inclusiva, mas em termos gerais. Esse trabalho buscou ser mais uma das mãos que, junto de muitas outras, ajudarão a empurrar esse carro chamado educação.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Fabio; SALETE, Maria (org). **Educação inclusiva: a escola.** – Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- BENITEZ, P.; GOMES, M.; BONDIOLI, R.; DOMENICONI, C. Mapeamento das estratégias Inclusivas para estudantes com deficiência intelectual e Autismo. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 1, p. 81-93, 28 mar. 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, DF: CORDE, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **FUNDEB: Apresentação.** Portal do MEC. Sem data. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>.
- CARVALHO, Rosita. **Removendo barreiras para aprendizagem: Educação inclusiva.** 11ª. Editora mediação, 2000.
- CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental.** 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MIRANDA, A. A. B. **Educação especial no brasil: desenvolvimento histórico.** Cadernos de História da Educação, [S. l.], v. 7, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880> Acesso em 14/10/2022.
- MITLLER, Peter. **Educação Inclusiva.** Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- NASCIMENTO, Ariana; OMODEI, Juliana Dalbem. **Políticas de educação especial e educação inclusiva no Brasil: organização avanços e perspectivas.** Colloquium Humanarum, 2019.
<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/2470/2694>
- NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos.** Revista Educação Especial, 2018.
- OLIVEIRA, Mari Angela Calderari. **Intervenção Psicopedagógica na escola.** IESDE BRASIL SA, 2009.
- SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Perspectivas sobre educação inclusiva.** Criação editora, 2017.